

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA REALIZADA NO DIA DEZANOVE DO MÊS DE JANEIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS

Aos dezanove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, nesta Cidade de Bragança, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões desta Câmara Municipal, compareceram a Senhora Presidente, Isabel Cristina Fernandes Rodrigues Ferreira; os Senhores Vereadores e as Senhoras Vereadoras, Nuno da Câmara Cabral Cid Moreno, Ana Margarida Ferreira Mendes Soares Meneses Barbosa, Sandra Marisa Branco Cardoso Rodrigues, Ricardo Miguel Afonso Pinto, Pedro José Pires Rego e António Manuel Teixeira Baptista, a fim de se realizar a primeira Reunião Extraordinária desta Câmara Municipal.

Esteve presente a Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira, Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro, que exerceu as funções de secretária, e a Técnica Superior, Rosa Maria Teixeira Morais Cadime.

Esteve ainda presente o Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência, José Júlio Vaz Pires.

Eram dezassete horas quando a Senhora Presidente declarou aberta a reunião.

ORDEM DO DIA

A Senhora Presidente da Câmara, antes da análise e discussão dos pontos do Ordem do Dia, informou o Senhor Vereador Nuno Moreno que, relativamente ao provimento dos cargos de dirigentes de 3.º grau, tudo estava em conformidade com a lei e que poderia consultar a documentação solicitada, durante o horário de expediente, nos serviços.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

DIVISÃO FINANCEIRA

PONTO 1 - DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2026 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E ANEXOS

Pela Senhora Presidente e em cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, submete-se para aprovação as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2026.

O referido documento integra, em anexo, o Mapa de Pessoal para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 28.º do Anexo a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e a autorização genérica com limites à concessão de isenções totais ou

Ata da Reunião Extraordinária de 19 de janeiro de 2026

parciais de taxas e outras receitas municipais, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

É, ainda, presente, conjuntamente com o referido documento, por motivos de simplificação, celeridade processual e eficácia, a autorização prévia de assunção de compromissos plurianuais ao abrigo da alínea c) do n.º 1 e do n.º 3, os dois do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e ambas as situações para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

Mais se propõe que os documentos acima referidos sejam submetidos para deliberação da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto nas alíneas c) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos das alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Intervenção da Senhora Presidente da Câmara:

Começou por referir que as Grandes Opções do Plano eram relativas a todo o ciclo autárquico 2026/2029, pese embora o orçamento estivesse previsto para o ano de 2026. Acrescentou, ainda, que, tendo em conta que existiam componentes do orçamento que exigiam um plano plurianual de investimentos, o Executivo considerara mais vantajoso, para todos e para o escrutínio da atividade no ciclo autárquico, considerar os anos de 2026-2029.

Em seguida, continuou a sua intervenção com base em documento entregue e que a seguir se transcreve:

“As Grandes Opções do Plano (GOP) para o Ciclo Autárquico 2026–2029 são um documento estratégico que define as principais linhas de desenvolvimento do concelho para os próximos anos e que prevê um investimento global de cerca de 60 milhões de euros, que inclui cerca de 7,8 milhões para o PAM (Plano Municipal de Atividades) e 20,9 milhões para o PPI (Plano Plurianual de Investimentos).

Um documento estrutural que reflete a vontade da autarquia em consolidar uma visão integrada e ambiciosa para o território, orientada não apenas para o crescimento económico e a modernização das infraestruturas, mas também para a valorização do património, a promoção da qualidade de vida dos cidadãos e o reforço da coesão social.

As GOP configuram-se, assim, como uma ferramenta essencial para estruturar projetos futuros, priorizar investimentos e garantir que Bragança se afirma verdadeiramente como um concelho preparado para os desafios do futuro, com desenvolvimento equilibrado, sustentável, criativo e inovador.

Uma visão integrada para o futuro do território

A estratégia delineada assenta na visão de afirmar Bragança como um território atrativo para viver, estudar, investir e visitar, integrando de forma equilibrada as dimensões social, económica e territorial. O objetivo é transformar o concelho num verdadeiro laboratório vivo de desenvolvimento inteligente, onde ciência, tecnologia, criatividade e identidade local convergem para melhorar a qualidade de vida e reforçar a coesão territorial.

Esta estratégia estrutura-se em três grandes dimensões de intervenção:

- Pessoas e Sociedade, centrada no reforço da coesão social, da qualidade de vida e participação cidadã;
- Economia e Emprego, orientada para a dinamização da atividade económica, a inovação e a criação de oportunidades para todos;
- Ambiente e Território, focada na promoção da sustentabilidade, na valorização do património natural e na gestão equilibrada do território.

Estas dimensões ganham expressão prática através de dois projetos-bandeira: “Bragança Inovadora”, que afirmará o concelho como polo de ciência, tecnologia e empreendedorismo, e “Bragança Criativa”, que assume a cultura, as artes, o desporto e o património como fatores de diferenciação e desenvolvimento.

Investimentos prioritários

Foi definido um conjunto alargado de prioridades de investimento para o ciclo autárquico, ancorado numa visão integrada de desenvolvimento do território. As opções estratégicas abrangem áreas estruturantes como infraestruturas, educação, habitação, ordenamento do território e proteção civil, ambiente e espaços verdes, cultura, desporto, turismo e lazer, economia, transportes, energia, aeródromo municipal e saúde, entre outras com impacto direto na qualidade de vida da população e na competitividade do concelho.

Entre os projetos de maior relevância destacam-se a requalificação profunda do parque escolar e de equipamentos culturais e desportivos, a expansão do Brigantia Ecopark, enquanto motor de inovação e desenvolvimento económico, a intervenção em espaços urbanos estruturantes, como a Praça Camões e outras zonas do centro histórico, a criação e valorização de áreas verdes e de lazer, como o Parque Verde da Coxa e o Monte de S. Bartolomeu, a requalificação energética do terminal do aeródromo municipal e do terminal rodoviário, a constituição de uma Comunidade de Energia Renovável e a requalificação da rede de Centros de Saúde. Paralelamente, o Município

prevê operações consistentes de qualificação do espaço público, repavimentações e intervenções no domínio da mobilidade, bem como a reabilitação de bairros de habitação municipal e de outros imóveis.

Este conjunto de investimentos traduz uma abordagem orientada para a sustentabilidade, a inovação e a inclusão, afirmando Bragança como um território preparado para responder aos desafios atuais e futuros, com desenvolvimento equilibrado e visão de longo prazo.

Reforço histórico do apoio às freguesias: aumento de 124,90%

O orçamento para 2026 consagra um reforço significativo do apoio às freguesias, que assim veem reconhecido o seu papel como agentes fundamentais de desenvolvimento local.

O total de transferências previstas para as 39 juntas e uniões de freguesia ascende a cerca de 3,37 milhões de euros, representando um aumento de 124,90% face a 2025, com forte incidência no investimento em obras e infraestruturas, águas e saneamento, ação social, eventos culturais, entre outros.

Recorde-se que, para além do reforço financeiro, o Município aposta igualmente no apoio técnico e na capacitação das juntas de freguesia, através do Gabinete de Apoio às Freguesias e Desenvolvimento Rural criado no âmbito da reorganização dos serviços municipais.

Fundos europeus como alavanca estratégica

A execução das GOP 2026-2029 assenta numa gestão rigorosa e estratégica dos fundos europeus, alinhada com as agendas do PT2030, definidas pela Estratégia 2030, e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

A criação da Divisão de Fundos Europeus, Planeamento Estratégico e prospetiva visa reforçar a capacidade técnica do Município, assegurar a monitorização dos projetos e maximizar o impacto dos investimentos, em articulação com entidades regionais, intermunicipais e transfronteiriças.

Aposta na “obra imaterial”

Para além da “obra física”, a estratégia dará particular importância à “obra imaterial”, integrando cultura, tradições, conhecimento e criatividade como pilares do desenvolvimento territorial. Serão vários os projetos com foco na valorização do património imaterial, eventos identitários, projetos de literacia e serviços educativos artístico-culturais que procurarão reforçar o sentimento de pertença, promover a coesão social e afirmar Bragança como território criativo e contemporâneo.

Com estas Grandes Opções do Plano, o Município de Bragança define um rumo estratégico ambicioso, sustentado e participado, orientado para a valorização do território, a fixação de população e a construção de um futuro mais inteligente, coeso e resiliente.”

Intervenção do Senhor Vereador António Baptista, com base em documento entregue e que a seguir se transcreve:

“O orçamento que hoje discutimos não é apenas um exercício técnico ou contabilístico. É, acima de tudo, um documento político, onde deve estar claramente expressa a visão estratégica deste executivo para o desenvolvimento do concelho de Bragança.

É por isso que se impõe, desde logo, colocar uma questão central: Qual é a visão estratégica que este orçamento revela para o futuro do nosso território?

Após análise dos documentos, pode-se constatar que uma parte muito significativa deste orçamento corresponde, na realidade, à execução de projetos estruturantes para o nosso território concebidos e preparados pelo anterior executivo.

Vejamos alguns exemplos concretos:

- Ligação de Bragança – Puebla da Sanábria (com previsão de custo 35.908.526,14 € até 2029, com financiamento garantido por Fundos Comunitários no montante de 29.000.000,00 €);

- Mobilidade Inteligente + Sustentabilidade no Transporte Público (com previsão de despesa para 2026 de 3.025.000,00 €, com financiamento garantido por Fundos Comunitários de 50%);

- Aquisição de Meios para o Serviço Municipal de Proteção Civil (com previsão de despesa para 2026 de 1.152.000,00 €, com financiamento garantido de 83% por Fundos Comunitários no montante de 955 500,00 €;

- Medidas e Ações do âmbito do Plano de Cogestão do Parque Natural Montesinho (com previsão de despesa para 2026 de 1.770.100,00 € e para 2027 de 255.200,00 €, com financiamento garantido por Fundos Comunitários no montante de 1.051.300,00 €);

- Requalificação Energética da Piscina Municipal (com previsão de despesa para 2026 de 1.800.000,00 €, com financiamento garantido por Fundos Comunitários no montante de 989.900,00 €);

- Remodelação e Beneficiação de Fogos nos Bairros de Habitação Social da Mãe de Água e Coxa (com previsão de despesa para 2026 de 190.000,00 €);

Ata da Reunião Extraordinária de 19 de janeiro de 2026

- Valorização urbanística do S. Bartolomeu e Parque Urbano do Rio Fervença (com previsão de despesa para 2026 de 155.000,00 € e para 2027 de 1.800.000,00 €);
- Parque Verde da Coxa (com previsão de despesa para 2027 de 1.000.000,00€);
- Reabilitação da Igreja de São Francisco (com previsão de despesa para 2027 e 2028 de 2.526.647,80 €);
- Beneficiação e ampliação do campo desportivo do CEE;
- Construção do Parque TIR;
- Modernização das escolas; entre outros....

Assim, importa perguntar:

Quais são os projetos próprios deste executivo que verdadeiramente visam alavancar o desenvolvimento do concelho de Bragança?

Que novas políticas estruturantes estão aqui refletidas?

Onde está a marca política deste executivo neste orçamento?

Para além destas questões, gostaria ainda de abordar uma matéria absolutamente essencial para a qualidade de vida das populações e para a coesão territorial do concelho, a rede de saneamento e o abastecimento de água.

Como todos nós sabemos, trata-se de infraestruturas básicas, determinantes para a saúde pública, para a fixação de população e para a dignidade de quem vive no nosso concelho.

Da análise ao documento das Grandes Opções do Plano, verificamos que para 2026 está previsto um investimento de 2.267.500,00 €, com financiamento garantido por Fundos Comunitários no montante de 1.470.000,00 €. Contudo, este montante destina-se, essencialmente, à execução de projetos já projetados e iniciados pelo anterior executivo, nomeadamente a conclusão dos saneamentos em Vilarinho, Vila Franca e Gimonde.

E é aqui que se impõe uma questão fundamental, existe, um planeamento estratégico para a expansão da rede de saneamento no concelho?

Que outras localidades estão identificadas? Que prioridades foram definidas? Que calendário existe para a sua concretização?

O mesmo se aplica à rede de abastecimento de água.

Existe, um planeamento estratégico para a expansão e melhoria da rede de abastecimento de água, tendo em conta que a Senhora Presidente promoveu um aumento significativo das taxas, estimando-se um aumento de receita de aproximadamente de 350.000,00 € para o ano de 2026. É legítimo que os munícipes

saibam onde e como será aplicado esse esforço financeiro adicional no seu orçamento familiar.”

Intervenção do Senhor Vereador Nuno Moreno, com base em documento entregue e que a seguir se transcreve:

“Este documento do Orçamento Municipal (OM) e Grandes Opções do Plano (GOP) não me suscitou propriamente grandes dúvidas, pois é medianamente esclarecedor, por isso apenas tenho a transmitir quatro considerações iniciais e cinco notas finais que mostram, por um lado, a minha preocupação com a caracterização, o tipo e natureza de OM apresentado, e, por outro lado, a minha relativa decepção e desencanto com os projetos e investimentos, ou falta deles, previsto no OM, face ao que foi prometido no programa eleitoral e no contato com os munícipes e instituições nas mais variadas situações.

Dizer ainda que esta intervenção inicial consubstanciará a minha declaração de voto que, portanto, será, em grande medida, de natureza remissiva.

1. O ponto mais vulnerável deste orçamento é o aumento da despesa corrente em detrimento do investimento estrutural (Despesa de Capital).

Regista-se um acréscimo de 10,03% (€3.295.965,00) nas despesas de funcionamento.

Em sentido oposto, a despesa de capital (investimento em obras e infraestruturas) sofre uma redução de 15,29% (€4.338.965,00).

A Câmara está a tornar-se "mais gorda" e menos executora. Está a gastar mais para manter a "máquina" a funcionar e a investir menos no futuro do concelho.

Sobra pouco para a inovação, coesão e investimento que a Mensagem da Senhora Presidente invoca e apregoa.

2. O Quadro e as despesas com o Pessoal mostram uma estrutura administrativa pesada:

Ascendem a 16.771.950,00 euros, representando 27,85% de todo o orçamento.

A Aquisição de Bens e Serviços: Esta rubrica consome 14.074.785,00 euros (23,38% do orçamento).

Somando Pessoal e Aquisição de Bens e Serviços, só para a “manutenção” da autarquia consome mais de 50% do orçamento.

Sobra pouco para a inovação, coesão e investimento que a Mensagem da Senhora Presidente apregoa.

3. A estrutura financeira do Município demonstra uma autonomia fragilizada:

A Dependência do Estado é quase 60% (59,96%): a receita municipal provém de transferências do Orçamento do Estado, o que revela a Fragilidade das Receitas e Dependência Externa

4. O saldo de gerência do exercício de 2025 é de 36.524.500,99 euros. (o que é quase 60% do valor total do orçamento anual, que é de €60.000.000,00)

O OM refere que este saldo apenas poderá ser incorporado mediante uma futura modificação orçamental - Cfr.pág.110, e cita-se: “Todavia, nos termos legalmente aplicáveis, o referido saldo apenas poderá ser incorporado no orçamento mediante a provação de uma futura modificação orçamental”.

Estamos a subtrair à discussão do OM quase 60% do seu real valor, pois o orçamento que está a ser votado agora não é o orçamento real que se pretende executar, que, afinal, é de €96.524.500,99.

Retira-se à Câmara e Assembleia Municipal a capacidade de debater as previsões orçamentais com base no seu real valor, impossibilitando que se saiba, em local e momento próprio, qual o destino e afetação das verbas do saldo de gerência.

Nesta parte, governa-se, agora, na ignorância e desconhecimento, e, no futuro, por decreto e não com transparência.

Nas cinco notas finais, adiante, e a título exemplificativo, resulta o relativo desencanto com este OM uma vez que não acolhe muitas das medidas e projetos constantes do programa eleitoral ou dos compromissos assumidos no tempo prévio às eleições junto dos eleitores, posto não terem qualquer verba atribuída no Plano Plurianual de Investimentos (PPI), e Plano de atividades municipal (PAM).

1. No orçamento estão inscritos 1,5 milhões de euros para a Academia e Centro de Treinos de Futebol.

Enquanto isso, o prometido Complexo Desportivo Multimodal, que acolheria as várias modalidades do desporto, é esquecido e votado ao abandono

As verbas para outras instalações desportivas são residuais ou destinadas apenas a mera conservação. Sabe a pouco e desilude.

2. Assumiu-se a realocização da ETAR de Bragança e uma 'Nova ETAR, bem como o saneamento integral nas aldeias. Mas no Plano Plurianual de Investimentos, o que encontramos? Apenas 25.000,00 euros para um 'estudo de ampliação da ETAR em SAMIL”.

Ata da Reunião Extraordinária de 19 de janeiro de 2026

Para as aldeias de Gimonde, Aveleda, Vilarinho e Quintanilha, o orçamento prevê apenas 'manutenção', ignorando as mini-ETAR's, também prometidas, mas omitidas agora.

3. Onde está o Novo Mercado na Praça Camões?

A verba para a Praça Camões é apenas para 'Regeneração Urbana'.

São pavimentos e luzes, arruamentos, obras de conservação e reparação.

Não existe qualquer dotação para a construção de uma estrutura de Mercado (que exige valências técnicas e sanitárias específicas).

Não há um cêntimo para a estrutura do mercado.

Não há suporte financeiro para o plano da Praça Camões prometido em campanha e vertido no programa eleitoral.

E, note-se, omissão que se repercute para todo o ciclo autárquico, já que sem qualquer previsão de Obra e dotação de verbas, nesta matéria, até 2029.

4. Na habitação Social prevê-se a "Remodelação de fogos nos bairros de habitação social" com, apenas, uma previsão de €190.000, valor muito baixo para as necessidades de Bragança.

Temos €1.500.000,00 para campos de futebol, eu preferia trocar esse montante e empregá-lo na habitação social e transferir €190,000,00 para os "campos de futebol", dá menos votos é certo, mas dar-me-ia mais conforto de alma.

Por outro lado, o Programa eleitoral estabelece a meta de construir 40 novas habitações a custos controlados até 2029.

Porém, no PPI para 2026, não existe dotação financeira para o início de construção de 40 fogos. O que aparece são verbas para o "Housing First" (apenas 2 apartamentos) e verbas residuais para reabilitação.

Assim, no primeiro ano do ciclo (2026), a meta já está atrasada.

Para cumprir 40 habitações até 2029, o orçamento de 2026 teria de prever projetos de execução e lançamento de concursos, o que não se verifica com expressão financeira suficiente.

5. Consta o compromisso escrito, em época eleitoral, de um novo modelo de transferência de apoios financeiros para as Juntas de Freguesia através de um Regulamento Municipal com critérios objetivos e transparentes, repudiando a negociação política direta e desigual, meramente "ad hoc".

Aliás, uma reivindicação recorrente e sistemática, do PS no, pelo menos, mandato autárquico de 2017/21.

Ata da Reunião Extraordinária de 19 de janeiro de 2026

Necessidade tanto maior, quanto é certo do aumento, que é de saudar, do volume financeiro a transferir: O orçamento prevê um total de €3.367.750,00, um aumento global das transferências correntes, que subiram €1.366.000,00.

No entanto, o OM não faz qualquer alusão a este mecanismo de distribuição de fundos financeiros municipais, e seria a altura oportuna de, no OM, se consagrar o Regulamento ou pelo menos de o mencionar.

Por estas razões, o meu voto é de Abstenção.”

Intervenção da Senhora Vereadora Ana Soares:

Relativamente ao saldo de gerência e atendendo que se tratava de uma percentagem tão elevada, questionou o que, em linhas gerais, se poderia esperar após a sua incorporação.

Depois, reiterou as duas questões colocadas na última reunião de Câmara, a saber: atendendo a que a grande subida da alteração do resultado líquido provinha da rubrica de outras variações do património líquido, do onde é que provinha o aumento de quase dez milhões e, relativamente à demonstração provisional dos fluxos de caixa para 2026, que serviços deixariam de prestados por entidades externas em 2026 para justificarem a redução.

Resposta da Senhora Presidente da Câmara, às intervenções realizadas:

Ao senhor Vereador António Baptista disse que a visão estratégica do executivo era clara e estava plasmada no documento, com a maior transparência possível e transpondo para o documento o que pretendiam fazer no ciclo autárquico.

Acrescentou entender o arremesso político, quanto aos investimentos previstos, mas que não o aceitava, pois o que contava era aquilo que era executado e que havia necessidade de pugnar para a concretização das obras.

Depois, disse que os investimentos eram alavancados por fundos europeus e, quando o Executivo tomou posse, o quadro comunitário estava em curso e escolhidos projetos no âmbito, por exemplo, da proteção civil e da mobilidade, com a inscrição nas diferentes rubricas. Mais referiu ser conhecedora de todo o processo, porque o havia acompanhado enquanto Secretária de Estado com a tutela dos fundos europeus regionais, mas que era necessário ter consciência que tudo estava extremamente atrasado e sem projetos de execução, de especialidade e de condições mínimas de submeter candidaturas. No entanto, disse que o Executivo estava a avançar em diversos projetos e elencou alguns deles, bem como os avanços realizados.

Ata da Reunião Extraordinária de 19 de janeiro de 2026

Acrescentou, ainda, que tinham sido acomodados novos projetos que o Executivo considerava importante, como o da Praça Camões.

Ao Senhor Vereador Nuno Moreno, e respondendo ao que dissera sobre a diminuição do investimento, disse que o orçamento para 2025 estava muito empolado com os 29 milhões de euros da ligação Bragança-Puebla, correspondendo a um terço do orçamento municipal, e que a taxa de execução do PPI era muito baixa.

Assim, reiterou que a marca política se fazia concretizando e com a capacidade de concretizar.

Relativamente à rede de saneamento, disse que o valor inscrito era o inscrito no quadro de investimentos prioritários e que fora atribuído à Câmara Municipal de Bragança, sendo necessário concretizar os investimentos definidos.

Acrescentou que, nos investimentos nas freguesias, estava também previsto investimentos em infraestruturas de água e saneamento.

Em resposta à Senhora Vereadora Ana Soares, disse ter confiança que, com a injeção do saldo de gerência, e com o investimento mais distribuído ao longo dos anos, se poderiam colmatar as necessidades de investimento, não só a nível da água e do saneamento, mas de outros investimentos que necessitavam de reposição de verba, como era o caso das escolas.

Relativamente à dependência das receitas do Estado, referida pelo Vereador Nuno Moreno, disse não ser uma característica específica da Câmara Municipal de Bragança, mas que deveriam ser procuradas fontes de financiamento complementares.

Salientou que o Executivo pretendia aumentar o investimento e diversificar também as receitas e as fontes de financiamento.

Quanto às promessas eleitorais a que o Vereador Nuno Moreno aludiu, disse nunca ter feito nenhuma, mas sim ter trazido à discussão aspetos críticos que eram importantes para o concelho e, relativamente a alguns projetos que havia elencado, disse estarem previstos investimentos em infraestruturas desportivas e também na Praça Camões, uma prioridade absoluta do Executivo.

Relativamente à habitação social, disse ser uma preocupação para o Executivo e que lamentava que os 11 milhões de euros para a habitação social, inscritos no PRR e disponibilizados à Câmara Municipal, não tivessem sido executados pelo anterior Executivo. Explicou, ainda, que o valor que o Senhor Vereador Nuno Moreno referira para a habitação social era para intervenções em obras de reparação e manutenção das casas sociais e que a habitação, a custos controlados, para os jovens e para a

classe média, era uma prioridade para o atual Executivo, mas que era necessário aguardar o desenrolar de negociações do Governo com o Banco Europeu de Investimento.

Quanto ao regulamento de apoio às freguesias, agradeceu a sugestão e disse que era necessária a criação de uma comissão de trabalho para o efeito.

Relativamente à ETAR, disse exigir um investimento demasiado elevado e que, para já, não havia condições de o incluir no ciclo, porque fora necessário fazer opções.

Em seguida, explicou o aumento das receitas próprias, que tinham uma variação positiva de, aproximadamente, 2,2 milhões de euros face a 2025, e elencou as componentes que explicavam essa variação.

Intervenção do Senhor Vereador Ricardo Pinto:

Em resposta ao Senhor Vereador António Baptista e relativamente ao saneamento, disse existir investimento e que estava orientado para as necessidades atuais. Acrescentou também ter sido solicitado um relatório sobre as ETAR's e que estas se encontravam em mau estado, pelo que a prioridade era a execução de obras.

Disse, ainda, que a melhoria das redes de águas e do armazenamento de água, nomeadamente nas freguesias rurais, iria ser alvo de investimento e era uma prioridade para o Executivo.

Intervenção do Senhor Vereador António Baptista:

Quanto à rede de saneamento, questionou se, no final do ciclo de planeamento, haveria a garantia de uma cobertura de 100% no saneamento no concelho, atendendo aos valores apresentados no orçamento.

Resposta da Senhora Presidente da Câmara:

Disse que iria haver investimento e que as localidades estavam elencadas no documento, em resultado de um exercício realizado com os Presidentes de Junta, que indicaram as suas prioridades. Acrescentou serem necessários muitos recursos financeiros para resolver os problemas de saneamento no concelho, mas que é uma infraestrutura essencial.

Intervenção do Senhor Vice-Presidente Pedro Rego:

Disse que a Senhora Presidente explicara muito bem as premissas do orçamento e que entendia que o orçamento privilegiava o desenvolvimento de Bragança, nas mais diversas áreas, nomeadamente no investimento nas freguesias rurais, na economia, no setor das pessoas e sociedades ou no departamento das pessoas e sociedades, com o

investimento na melhoria das infraestruturas desportivas e também nos equipamentos culturais da cidade.

Disse, ainda que, dentro daquilo que eram as escolhas políticas, se haviam deparado com a realidade das situações, levando à tomada de decisões, e que, neste caso, fora a de implementar mais equipamentos desportivos e de melhorar os existentes. Acrescentou que fora garantido o princípio do equilíbrio orçamental.

Intervenção da Senhora Vereadora Ana Soares:

Reiterou que mantinha as dúvidas anteriormente colocadas.

Intervenção da Senhora Presidente da Câmara:

A Senhora Presidente da Câmara solicitou que fosse chamada a Chefe da Divisão Financeira, Paula Mourão, para prestar os esclarecimentos solicitados pela Senhora Vereadora.

Intervenção da Senhora Vereadora Sandra Rodrigues:

Relativamente à habitação social, disse que gostaria que existisse mais capacidade financeira para intervir nas habitações sociais, mas que o Executivo estava a fazer o melhor para apoiar as pessoas que necessitavam não só de casas novas como também de apoio às obras. Ao Vereador Nuno Moreno, lembrou que, em tempo de campanha, fora premissa nunca prometer o que não pudesse ser cumprido.

Neste ponto da Ordem de Trabalhos e, ao abrigo do n.º 1 do artigo 11.º do Regimento das Reuniões da Câmara Municipal de Bragança, a Senhora Presidente da Câmara concedeu o uso da palavra, para prestar esclarecimento a todos os Membros do Executivo, a Chefe da Divisão Financeira, Paula Mourão:

Intervenção da Chefe da Divisão Financeira, Paula Mourão:

Disse que a demonstração de resultados previsional era consequência do orçamento, pelo que, se o orçamento de despesa previa menos despesa, consequentemente previa menos pagamentos. Adiu, ainda, que o orçamento era efetuado com base no histórico das execuções, pelo que, se em 2025 o valor dos pagamentos fora baixo, isso era tido em conta neste orçamento.

Quanto às variações do património líquido, disse que incrementava os fluxos de investimento (relacionados com as receitas da parte de investimento e com as despesas da componente de investimento) e que a explicação da variação se encontrava no texto onde se inclui a tabela em causa.

Intervenção da Senhora Presidente da Câmara:

Enfatizou que o orçamento era preparado tendo em conta o histórico de execução do orçamento do ano anterior.

Neste momento, a Chefe da Divisão Financeira, Paula Mourão, saiu da reunião.

Em seguida, pela Senhora Presidente da Câmara foram colocados os documentos previsionais para o ano de 2026 a votação.

Após análise e discussão, foi deliberado, por maioria, com quatro votos a favor da Senhora Presidente, dos Senhores Vereadores Pedro Rego e Ricardo Pinto e da Senhora Vereadora Sandra Rodrigues, e três votos de abstenção dos Senhores Vereadores Nuno Moreno e António Baptista e da Senhora Vereadora Ana Soares, aprovar os Documentos Previsionais para o ano de 2026 – Grandes Opções do Plano, Orçamento, Mapa de Pessoal e Anexos, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Atas, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter os Documentos Previsionais para o ano de 2026, para deliberação da Assembleia Municipal, em conformidade com as alíneas c) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, e para efeitos das alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Declaração de voto apresentada pelo Senhor Vereador Nuno Moreno:

“Como disse inicialmente, a minha declaração de voto é de natureza remissiva, portanto remete para a minha intervenção inicial, fica consubstanciada nessa intervenção.

Mas gostaria de dizer à Senhora Vereadora que se há coisa que não vou esquecer é a campanha, e sempre soube, sei o que foi escrito, sei o que foi esclarecido junto dos cidadãos, sei o que foi falado.

E, portanto, para dizer que, precisamente, a minha intenção de voto teve como foco o paralelismo entre aquilo que consta da proposta do Orçamento Municipal e das GOP e aquilo que foi prometido, aquilo que foi objeto de compromisso. Todos sabemos que, entre eleitores e eleitos, há a celebração do pacto social e aquilo que se faz na governança decorre daquilo que foi a campanha, o programa, o que se prometeu, o que que se disse, os compromissos que foram assumidos.

Isso é uma coisa, enfim, inequívoca. Exatamente é isso que acontece muitas vezes, os senhores eleitos, quando chegam e quando estão investidos de funções públicas, geralmente argumentam sempre nesse sentido.

Os esforços financeiros são finitos e não podemos fazer tudo. É transversal e é compreensível. Eu não vou dizer que se pode fazer tudo, mas, então, realmente, tem de se ter mais cuidado. Lembro-me perfeitamente do saneamento, e dizer-se que era impensável, no século XXI, o concelho de Bragança não ter uma cobertura completa de saneamento e, agora, constata-se que, de facto, isto é uma coisa muito dispendiosa e não é assim tão fácil. Portanto, se calhar, temos de dar razão ao executivo anterior nas dificuldades em fazer essa cobertura total.

Mas, referindo-me às promessas, e só para terminar, a Senhora Vereadora, na sua intervenção, referiu que não prometemos nada. Eu, quando falei da habitação social, não é uma promessa, é uma meta que está escrita, 40 habitações a custos controlados. É uma meta, está lá escrito.

E, portanto, como não constava nada no sentido de atingir essa meta, fiz essa observação.”

Intervenção da Senhora Presidente da Câmara:

Referiu que o Senhor Vereador Nuno Moreno desconsiderava sistematicamente as explicações dadas em resposta aos seus pedidos de esclarecimento, como era o caso da habitação a custos controlados.

Declaração de voto apresentada pelo Senhor Vereador Ricardo Pinto:

“Em primeiro lugar, permitam-me dizer que muito me honra pertencer a esta equipa de trabalho, sobretudo quando conseguimos construir um documento como aquele que hoje estamos a apreciar.

A GOP que hoje discutimos não é apenas um orçamento para 2026. É um documento de governação e isso faz toda a diferença. É o início de um novo ciclo, com visão, prioridades claras e responsabilidade perante o futuro do concelho.

Esta proposta representa uma opção política inequívoca: governar com estratégia e com planeamento, e não ao sabor de improvisos, de remendos ou de medidas avulsas. Não estamos aqui a apresentar uma mera “folha de Excel”; estamos a apresentar um rumo, uma linha de ação e um compromisso com o desenvolvimento de Bragança.

A GOP 2026 reflete precisamente isso: uma aposta consciente em investimentos estruturantes, numa gestão responsável e numa visão de coesão territorial. Mais do que

responder ao imediato, este documento prepara o concelho para os próximos anos, com seriedade, com ambição e com execução.

E é por isso que esta GOP se distingue: porque tem estratégia, tem coerência, tem prioridades claras e tem uma ideia de futuro para Bragança. E quando um município tem rumo, tem liderança e tem organização, o orçamento deixa de ser apenas números e passa a ser transformação real no território.”

Declaração de voto apresentada pelo Senhor Vereador Pedro Rego:

“Este, é um Orçamento que privilegia o desenvolvimento de Bragança, com uma forte aposta em investimento em projetos estruturantes para todo o concelho, em vertentes tão importantes como a rede de saneamento, a rede de abastecimento de água, investimento em transportes públicos e melhorias infra-estruturais necessárias ao desenvolvimento e ao bem-estar dos nossos concidadãos. Um orçamento que agrega a estimulação da economia local, a valorização do património Cultural e infraestruturas desportivas, a aposta na inovação e tecnologia e o desenvolvimento rural com foco no desenvolvimento e revitalização das nossas aldeias.

O aproveitamento de fundos e a aposta em projetos candidatados aos Fundos Europeus são determinantes para que o nosso Concelho se alavanque e se mantenha competitivo em relação a outros concelhos homólogos.

É também um orçamento virado para as Pessoas e Sociedade, com verbas definidas para o apoio associativo cultural e desportivo, bem como o investimento na Educação. A aposta na arte urbana, empreendedorismo cultural e estimulação da criatividade são alguns dos destaques no plano Cultural. No Desporto, o objetivo claro de aumento, reabilitação e melhoria das infraestruturas desportivas marcam de forma indelével este orçamento e marcarão este mandato. É também de realçar a aposta na coesão social, no apoio social. Este orçamento conta também, com uma aposta clara no apoio a grandes eventos organizados pelas nossas coletividades e também com a organização de grandes eventos pela Câmara Municipal de Bragança. Considero ser um orçamento competente e alicerçado no apoio às nossas Freguesias com uma importante verba a ser destinada a obras importantes para território e revelando um incremento de valor em relação ao anterior ano de 124%. Com este orçamento, teremos um ano muito importante no que respeita ao desenvolvimento do nosso Concelho e por isso, o meu voto é a favor da aprovação do documento.”

Declaração de voto apresentada pela Senhora Vereadora Sandra Rodrigues:

“Na qualidade de Vereadora deste executivo, muito me honra pertencer a este órgão autárquico. O meu voto favorável à aprovação do Plano Orçamental e do respetivo Mapa de Pessoal. Esta posição assenta na convicção de que os documentos aqui representados refletem uma gestão responsável e equilibrada dos recursos financeiros e humanos, garantindo as condições necessárias para a prossecução das atribuições municipais, em especial nas áreas sociais, de apoio às populações mais vulneráveis, da valorização dos trabalhadores e da salvaguarda da saúde e bem-estar animal.

“O Mapa de Pessoal revela-se adequado às necessidades identificadas nos serviços, permitindo assegurar a continuidade, a qualidade e a eficácia da resposta municipal, da consonância com os objetivos estratégicos definidos e com os princípios da legalidade, da eficiência e da sustentabilidade.

Assim, considerando o interesse público e o regular funcionamento dos serviços municipais, voto favoravelmente a proposta em apreciação.”

Declaração de voto apresentada pela Senhora Vereadora Ana Soares e pelo Senhor Vereador António Baptista:

“A declaração de voto que hoje apresentamos visa clarificar a nossa posição relativamente ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, documentos fundamentais para a governação municipal e para o desenvolvimento do concelho de Bragança.

Da análise aos documentos, verifica-se que uma parte muito significativa do investimento previsto decorre da execução de projetos estruturantes concebidos e preparados pelo anterior executivo. Trata-se de um volume de investimento na ordem dos 50 milhões de euros, dos quais mais de 33,5 milhões de euros já são assegurados por financiamento comunitário, abrangendo áreas essenciais como mobilidade, proteção civil, ambiente, eficiência energética, habitação, valorização urbana, património e equipamentos públicos.

Como achávamos antes, continuamos a considerar que são investimentos relevantes e que importa concretizar. Ainda assim, entendemos que este orçamento se traduz, em grande medida, num orçamento de gestão corrente, assegurando o bom funcionamento da autarquia.

Neste contexto, reconhecendo o esforço de continuidade, a importância da estabilidade institucional e a relevância dos investimentos previstos, entendemos que poderia ir mais longe na afirmação de uma visão estratégica para o futuro do concelho.

Face a isto, o nosso voto é de abstenção.”

PONTO 2 - ENTIDADES PARTICIPADAS – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2026

Pela Senhora Presidente e em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, foram presentes, para conhecimento, os documentos previsionais para o ano de 2026 enviados pela Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark e pela Associação Centro de Ciência Viva de Bragança, em observância pelo estabelecido nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e previamente distribuídos a todos os Membros do Executivo.

Mais se propõe que os documentos acima referidos sejam remetidos à Assembleia Municipal, em conformidade com o artigo 9.º-B da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

O Executivo Municipal tomou conhecimento dos documentos previsionais para o ano de 2025 da Associação para o Desenvolvimento do Brigantia Ecopark e da Associação Centro Ciência Viva de Bragança e deliberou, por unanimidade, remeter os referidos documentos à Assembleia Municipal, nos termos propostos.

Reunião Ordinária

A Senhora Presidente informou que a Reunião Ordinária, a realizar no dia 23 de janeiro de 2026, seria, nos termos do previsto no Regimento, descentralizada, pelo que se iria realizar, às 15h30, no Edifício Sede da Junta, em São Julião de Palácios.

Não havendo mais assuntos a tratar, a Senhora Presidente da Câmara deu por encerrados os trabalhos, pelas 19:45 horas, e lida a presente ata foi a mesma aprovada, por unanimidade, nos termos e para efeitos consignados nos n.ºs 2 e 4 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, e vai ser assinada pela Presidente, Isabel Cristina Fernandes Rodrigues Ferreira, e pela Diretora do Departamento de Administração Geral e Financeira, Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro.
